

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

“Um Brasil grande, irreversível no seu fantástico progresso”: propaganda via cinejornais e educação superior durante a pri- meira década da Ditadura Militar¹

A great Brazil, irreversible in its fantastic progress²: propaganda via newsreels
and higher education during the first decade of the Military Dictatorship

Jaime Valim Mansan²

Resumo: Desenvolvimento e Segurança eram os pilares ideológicos da ditadura implantada em 1964 no Brasil. Percebidos pela Escola Superior de Guerra como indissociáveis e mutuamente determinantes, pautaram o sistema de controle social que sustentou aquele regime. A educação superior tinha importância estratégica no âmbito daquele projeto de desenvolvimento conservador. A Agência Nacional, principal órgão de propaganda oficial, atuou por diversos meios, dentre eles os cinejornais *Atualidades* (1964), *Informativo* (1965-1969) e *Brasil Hoje* (1971-1977), aqui analisados. Neles, a associação entre educação superior e desenvolvimento era frequente. A análise dessas ações de propaganda permite melhor conhecer especificidades do controle da educação superior e elementos compartilhados com o controle de outros segmentos sociais.

Palavras-chave: Propaganda, educação superior, Ditadura Militar.

Abstract: Development and National Security were the ideological foundations of the military dictatorship implanted in 1964 in Brazil. Perceived by the ‘Escola Superior de Guerra’ (the main Brazilian senior-level educational institution in national security strategy and related subjects) as inseparable and mutually determining elements, they guided the system of social control established to support that regime. In that political project, higher education had strategic importance. The ‘Agência Nacional’, as the main official propaganda agency, acted through various means, including the newsreels *Atualidades* (1964), *Informativo* (1965-1969) and *Brasil Hoje* (1971-1977), analyzed in this article. In those films, the association between certain notions of higher education and development was frequent. The analysis of this propaganda materials allows to deepen the knowledge about that system of social control.

Keywords: Propaganda, higher education, Brazilian Military Dictatorship (1964-1988).

1Este artigo se baseia na pesquisa desenvolvida para minha tese de doutorado (Mansan, 2014), na qual tive apoio do CNPq e da CAPES. Uma versão preliminar desta reflexão foi apresentada em 2015 nas Cuartas Jornadas de Investigación del Archivo General de la Universidad de la República, em Montevideo, Uruguai. Agradeço aos/as colegas de sessão, cujos comentários foram considerados no desenvolvimento ulterior do tema, o qual deu origem a este artigo.

2Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, com estágio doutoral na Universidad Complutense de Madrid (UCM). Pós-doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Pesquisador associado a IberoAmérica-20 (PUCRS/UCM). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6102-3239>. E-mail: jaimemansan@gmail.com.



Introdução

O golpe de Estado promovido no Brasil em 1964 resultou de um movimento anticomunista e conservador, apoiado financeira e militarmente pelos EUA, liderado por militares e integrado também por civis – empresários, políticos das direitas e lideranças católicas conservadoras, além de quase toda a grande imprensa. Deposto Goulart, as lideranças golpistas, que ilegalmente compuseram o primeiro governo ditatorial, passaram a perseguir as esquerdas e todos que, em sua percepção, poderiam ter vínculos com o governo deposto. Isso foi feito fundamentalmente por meio de uma ampla mobilização repressiva, emblematicamente nomeada “Operação Limpeza”. Paralelamente, passaram a ser implementadas reformas, para adequar a estrutura estatal aos interesses e concepções do primeiro escalão ditatorial, composto em sua quase totalidade por indivíduos egressos da Escola Superior de Guerra (ESG).³

352

Pautar a vida nacional pelo binômio *segurança e desenvolvimento* deveria ser, na visão daquele grupo, a finalidade primordial do Estado. No principal manual utilizado pela ESG em seus cursos, era afirmado que “os fins do Estado contemporâneo” seriam “a Segurança, visando ‘a criar e a manter a ordem política, econômica e social’” e “o Desenvolvimento, visando a ‘promover o Bem Comum’”. Fins que, segundo o manual, “se completam e reciprocamente se condicionam” (EMFA/ESG/DE, 1975, p. 26).

Tratava-se de uma concepção bastante específica de desenvolvimento. Uma de suas principais consequências foi o forte aprofundamento da desigualdade social no país, processo que, embora remonte

3 Cf., dentre a ampla historiografia específica: Alves (1989), Delgado (2010), Dreifuss (2006), Fico (2004), Martins Filho (2006), Mattos (2008), Melo (2012) e Toledo (1997).



ao período colonial, foi significativamente acentuado após o golpe de 1964, como demonstra o estudo de Renato Colistete (2009) a partir do caso do setor industrial.⁴

Essa concepção peculiar de desenvolvimento associava-se à de segurança nacional. As origens do conceito de segurança nacional no Brasil confundem-se com as raízes da ESG. Tal conceito consistia de uma apropriação de seu homônimo estadunidense, elemento central de uma doutrina de mesmo nome que os EUA difundiram, na América Latina, como parte de sua estratégia de hegemonia regional no âmbito das disputas geopolíticas da Guerra Fria.

Uma das especificidades da versão brasileira da chamada “Doutrina de Segurança Nacional” (DSN) foi justamente a importância, maior que suas congêneres, dada ao conceito de desenvolvimento, associado ao de segurança nacional na constituição daquele binômio que fundamentou a doutrina central da ESG, referência ideológica para os governos do período 1964-1988. Essa especificidade da versão brasileira da DSN foi destacada por vários/as pesquisadores/as e levou Maria Helena Moreira Alves (1989) a denominá-la “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento”, enfatizando tal peculiaridade.⁵ Alguns dos principais intelectuais orgânicos do regime ditatorial de 1964-1988, como os generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, destacaram diversas vezes a centralidade dessa característica da DSN brasileira (SILVA, 1967; MATTOS, 1966).⁶

353

Por meio do binômio segurança e desenvolvimento, buscavam garantir, via mecanismos de coerção e de formação de consensos fa-

4 Cf. também: Alves (1989), Mendonça e Fontes (1988), Minto (2005; 2006).

5 Grifo meu. Doravante, grifos em itálico serão sempre meus; grifos em negrito indicarão destaques no original.

6 Sobre o conceito gramsciano de “intelectual orgânico”, cf. Gramsci (2004).



voráveis, a manutenção de uma forma social excludente e profundamente desigual, através de um projeto político autoritário, elitista e conservador. Tal binômio, assim entendido, pautaria a configuração do sistema de controle social instaurado após o golpe para sustentação daquele regime político.⁷

Segundo Gramsci, não é plausível supor que um regime político possa sustentar-se apenas com base em ações coercitivas. Dessa perspectiva decorre o entendimento de que ditaduras também necessitam de mecanismos de convencimento, de modo a assegurar para si uma base mínima de apoios ativos (consensos ativos) ou, pelo menos, de omissões e aceitações silenciosas (consensos passivos) (Gramsci, 2007; Gorender, 1988).

354

A compreensão dessa relação entre coerção e consenso, dialética e indissociável, torna-se ainda mais importante na análise de regimes ditatoriais que vigoraram por longos períodos, como a Ditadura Militar no Brasil (1964-1988), a ditadura racial do *Apartheid* na África do Sul (1948-1994), o regime franquista (1939-1975) e o Estado Novo português (1933-1974), dentre outros. Isso porque, conforme observou Fernando Rosas, a principal causa da alta durabilidade desses regimes era justamente sua capacidade para variar as combinações entre coerção e consenso de forma suficientemente responsiva e dinâmica (Rosas, 2013).

O mesmo entendimento apresentava Maria Helena Moreira Alves em seu clássico estudo sobre a Ditadura Militar brasileira (Alves, 1989). Para ela, tal regime conseguiu vigorar por tanto tempo sobre-

⁷ Controle social é uma expressão notoriamente polissêmica. Adoto aqui a perspectiva desenvolvida a partir dos estudos pioneiros de Stanley Cohen. Cf., nesse sentido: Cohen; Scull (1983) e Cohen (1985). Para as linhas gerais da história desse conceito, cf. Deflem (2007).



tudo em razão de sua grande capacidade e resiliência diante dos múltiplas e variados desafios surgidos ao longo de sua existência, tanto em função de diversas formas de resistência quanto por outras razões. A busca por desenvolvimento conservador cumpria, nesse sentido, um aspecto decisivo.

O que a ESG definia como “elites dirigentes” tinha nesse projeto de sociedade um papel fundamental, já que tais elites eram caracterizadas por aquela escola como responsáveis por definir o que seria melhor para as “massas”. A escola afirmava uma suposta “necessidade de incutir na população interesses, aspirações, valores e objetivos novos, com o fim de impregná-los favoravelmente a mudanças imprescindíveis em prol de um aperfeiçoamento material ou espiritual”. Para que tais objetivos pudessem ser “compreendidos” e percebidos como benéficos a todos, o manual propunha a indispensabilidade de “um trabalho educativo bem orientado”. A “capital influência” da “elite dirigente” era vista como essencial para o “Bem Comum”, pois teria a capacidade de “captar e interpretar” os “interesses e aspirações latentes no povo”, “harmonizando-os com os verdadeiros interesses da Nação e com o Bem Comum” e “apresentando-os, de volta, ao povo”. Assim “sensibilizado”, o “povo” poderia, enfim, “entender e adotar os novos padrões” que teriam sido dessa forma a ele “propostos” (EMFA/ESG/DE, 1975, p. 37; 39-40; 120-121).

355

Para tanto, o papel da propaganda era fundamental, percebida que era como um dos principais meios de influência do “povo”. Afirmava-se de modo emblemático, no referido manual da ESG, que “a opinião pública pode ser *influenciada*, e de certa forma *dirigida*, pelo emprego judicioso da *arma psicológica*, especialmente por meio da *propaganda*” (EMFA/ESG/DE, 1975, p. 464).



Algumas observações teórico-metodológicas

356

Para analisar a utilização desse modo de controle social naquele período, recorri ao conceito de propaganda proposto por Garth Jowett e Victoria O'Donnell (1999). Eles diferenciam *propaganda* de *persuasão*, em uma perspectiva que considera a propaganda como uma forma específica de persuasão (diferenciando-a de outras estratégias persuasivas, portanto). Além disso, enfatizam as características comunicacionais e a intencionalidade da propaganda como elementos definidores: “Propaganda é a ação deliberada e sistemática por meio da qual se busca moldar percepções, manipular pensamentos e direcionar comportamentos de modo a que se obtenha uma resposta condizente com o objetivo almejado pelo emissor”. Diferentemente da perspectiva neutralista bem representada pelos trabalhos de Jean-Marie Domenach (1955) e Philip Taylor (2003), a abordagem proposta por Jowett e O'Donnell tem a vantagem de estabelecer uma inequívoca diferenciação entre propaganda e “um intercâmbio de ideias livre e aberto”, por meio de variáveis como a “intencionalidade e a manipulação, junto a um plano sistemático para alcançar um objetivo que seja vantajoso para o emissor” (JOWETT; O'DONNELL, 1999, p. 6; 11).

A propaganda, como destaca Mariola García Useda (1995), é um tipo de comunicação de massa. A autora divide a comunicação em geral em dois tipos fundamentais (“pessoal” e “de massa”), subdividindo a comunicação de massa em “social” e “comercial” – ou, como é mais usual na bibliografia específica, “propaganda” e “publicidade”, respectivamente.

A comunicação de massa, na perspectiva de García Useda, diferencia-se da comunicação pessoal em função da possibilidade, nesta última, de interação entre emissor e receptor. A “comunicação pes-



soal” seria assim um processo potencialmente dialógico e bidirecional, onde “o receptor pode se comportar como emissor, enquanto este se converte em receptor”. Inversamente, na comunicação de massa “não há capacidade de interação entre emissor e receptor”, realizando-se tal processo comunicacional por meio de um fluxo de sentido único realizado através dos meios de comunicação de massa, com um receptor composto por “um público”, “um conjunto de seres humanos, heterogêneo e anônimo” (GARCÍA USEDA, 1995, p. 19-20).

O sociólogo estadunidense John Thompson critica a concepção generalista e homogeneizante de “público” adotada frequentemente nos estudos de comunicação de massa, sendo o conceito de “opinião pública” um exemplo emblemático. Diversamente, para Thompson, é relevante ter em conta a historicidade e as características dos receptores (também) nesse tipo de comunicação, já que, em função das diferenças entre os públicos que compõem ‘o público’, “essas pessoas [receptores] veem as mensagens dos meios com graus diferenciados de concentração, interpretam-nas ativamente e dão-lhes sentido subjetivo, relacionando-as a outros aspectos de suas vidas” (THOMPSON, 1995, p. 287).⁸

357

Essa concepção de propaganda como processo comunicacional de massa, marcado por intencionalidade persuasiva e por um fluxo comunicacional unidirecional, não deve fazer supor que o público receptor haja de forma meramente passiva diante da propaganda recebida. Evidentemente, como de resto em qualquer processo comunicacional, a recepção implica uma reconstrução, uma apropriação na qual quem recebe a mensagem a reelabora a partir de seus referenciais prévios, os quais também podem e costumam ser reelaborados a partir da in-

⁸ Para um debate mais detalhado a respeito do conceito de propaganda e de sua história, cf. Mansan (2014, p. 190-194).



teração com a mensagem. Mas esse é outro aspecto da questão. O que García Useda procura destacar é que, *exclusivamente no âmbito de um dado processo comunicacional* caracterizado como “comunicação de massa”, o receptor não conseguirá agir (ao menos não diretamente, na mesma relação comunicacional) também como emissor, como ocorre na comunicação pessoal. Isso evidentemente não impedirá esse público receptor, ou uma parte dele, de agir como emissor em outros processos comunicacionais.

As principais fontes históricas utilizadas na pesquisa que fundamenta esta reflexão foram as cópias digitalizadas dos cinejornais *Atualidades* (5 edições, 1964), *Informativo* (22 edições, 1965-1969) e *Brasil Hoje* (12 edições, 1971-1977), produzidos e difundidos pela Agência Nacional e disponibilizados pelo Arquivo Nacional (ARQUIVO NACIONAL, s/d).

358

Como é amplamente apontado pela historiografia sobre a Ditadura Militar, cada um dos períodos daquele regime (1964-1968, 1968-1974, 1974-1979 e 1979-1988) teve suas especificidades, decorrentes das dinâmicas constituintes daquele processo histórico, de suas contradições internas e das relações mais ou menos conflituosas entre setores dos governos ditatoriais e destes com a sociedade, além dos impactos da política internacional na política interna brasileira.⁹

⁹ Adoto o entendimento de que 1988, em função da Constituição Federal, é um marco temporal mais adequado para assinalar o término da Ditadura Militar, por indicar a mudança de regime político, em vez de uma mudança de governo, usualmente considerada quase que exclusivamente em seus aspectos formais (caso da perspectiva que adota 1985 como marco temporal final daquele regime). Há também perspectivas mais inusitadas (e um tanto questionáveis), como as que consideram 1979 como marco temporal final, sendo os trabalhos mais recentes de Daniel Aarão Reis Filho a principal referência dessa vertente. Para uma discussão dessa ampla e heterogênea historiografia específica e dos debates em torno da referida periodização, cf. Codato (2005), Lemos (2014) e Mansan (2014).



De 1964 a 1968, aquele regime ditatorial e o sistema de controle social que o sustentava passaram por um processo de definição e consolidação. A inflexão causada pelo AI-5 em dezembro de 1968 foi o marco inicial de uma nova abordagem nas ações de controle social, fundamentada normativamente por aquela lei ditatorial, da qual derivaram-se outras, de modo complementar. O período 1969-1974 foi, assim, marcado por uma notória complexificação das ações de controle, seja no plano da coerção, via repressão, vigilância e censura, seja no plano dos consensos, por meio das duas ações mutuamente complementares – propaganda e desenvolvimento conservador – que constituem o cerne da presente reflexão. Vale lembrar que aquele desenvolvimento ocorreu por meio de investimentos majoritariamente públicos em áreas de interesse dos governos ditatoriais, favorecendo amplamente uma pequena parcela de brasileiros e grupos estrangeiros em detrimento da grande maioria da população, aprofundando brutalmente a já gritante desigualdade social no país. Junto a isso, a intensificação da propaganda no período foi, por razões óbvias, uma das faces mais visíveis daquele regime ditatorial, bem representada pelos chavões mais emblemáticos do “Brasil Grande”, como “este é um país que vai pra frente” ou “Brasil: ame-o ou deixe-o”.

359

Entre 1974 e 1988, em função de fatores internos e externos, ocorreu o longo processo de transição à democracia, por meio do qual buscou-se acima de tudo garantir a preservação da estrutura social e a não-punição dos responsáveis pelos arbítrios e violências que sustentaram aqueles governos ditatoriais.¹⁰ A finalidade primordial do golpe de 1964 – a continuidade socioeconômica no país – era, portanto, a mesma da chamada “abertura lenta,

¹⁰ Sobre os debates a respeito do processo de transição no Brasil, cf., dentre ampla bibliografia: Stepan (1986), Lamounier (1990), Oliveira (1994), Mathias (1995), Aggio (1996), Kinzo (2001) e Mansan (2017).



gradual e segura”, e ambos alcançaram essa meta. Evidentemente, desde os primeiros momentos do golpe e ao longo de toda a Ditadura Militar, inúmeras, variadas e sempre importantes ações de resistência, dos mais diversos tipos, foram implementadas. Tais resistências, como também é apontado pela bibliografia específica, coexistiram com apoios, acomodações, omissões e silenciamentos.

360

Para a análise daquele regime político, utilizei o conceito de “ditadura militar” adotado por Florestan Fernandes (1982) e outros autores. Com ele, não se pretende desconsiderar a inegável e crucial participação civil na condução daquele processo ditatorial, mas sim melhor caracterizar, dentre o conjunto de civis e militares envolvidos, a quem coube a liderança naquela ditadura. São conhecidos o amplo poder político e a influência governamental exercidos *de facto* por um segmento castrense pró-abertura que havia se tornado hegemônico no meio militar desde antes do governo Sarney, para desgosto do segmento “linha-dura”. Esse cenário compunha uma dinâmica tensa entre tais setores civis e militares e as forças democráticas que tensionavam e exploravam as brechas no projeto de distensão e abertura promovido pelos governos ditatoriais desde 1974.

Outro elemento interessante desse modelo é dar a devida relevância às diversas iniciativas de militarização de vários segmentos sociais (dentre eles a educação superior) promovidas desde 1964 e consideradas fundamentais para a manutenção daquele projeto político. Suzeley Mathias (2004, p. 25-26) observou que o processo de militarização não integrava apenas a disputa por cargos estratégicos e funções tipicamente civis, mas também abrangia a imposição do *ethos* militar no cotidiano de diversas instituições civis do Estado e da sociedade.¹¹

11 Sobre Estado e sociedade civil, adoto a teoria do Estado ampliado de Gramsci, usando o termo Estado em sentido estrito, como “sociedade política”. Cf. Gramsci



Nesse sentido, é ilustrativa a recorrente sugestão, feita pela ESG aos integrantes do primeiro escalão dos governos ditatoriais, de que, na ação governamental, “princípios de guerra” fossem adotados (EMFA/ESG/DE, 1975, p. 101).

Evidentemente, esse esforço de militarização não foi aplicado com a mesma intensidade sobre todos os segmentos sociais, nem se efetivou plenamente em nenhum deles, ainda que se possa considerar que alcançou seus objetivos principais (MATHIAS, 2004). Os conflitos, arranjos e disputas gerados por essa ambição de militarizar a sociedade foram responsáveis por alguns dos traços mais marcantes daquele regime. Esse projeto de militarização era acalentado e defendido pela ala mais radical da cúpula ditatorial, alcançando consenso no interior daquele grupo durante certo período em função da percepção, por parte dos setores relativamente mais moderados, de que se tratava de algo necessário à sustentação do regime.

361

Essa peculiaridade foi uma característica marcante daquele regime, assim como

[...] a sua natureza contrarrevolucionária; a sua vinculação prioritária ao grande capital multinacional e associado; a grande autonomia do Estado militarizado em relação aos interesses particulares das frações das classes dominantes, em face dos quais, quando em conflito, exerceu o papel de árbitro; a preeminência, no interior do Executivo hipertrofiado, do aparato repressivo policial-militar e a pretensão a uma legitimidade, inicialmente com base no perfil antipopulista e anticomunista e, depois, sem abrir mão desses traços, em um projeto modernizante-conservador [...] (LEMOS, 2014, p. 129).

É fundamental levar em conta, além das dinâmicas e especificidades nacionais daquele processo, sua inter-relação com o contexto

(2004, p. 20-21; 2007, p. 39).



internacional, notadamente as influências da Guerra Fria nas políticas externa e interna. Destaca-se, nesse sentido, as assimétricas relações internacionais que, como observou Florestan Fernandes (1975, p. 26), colocavam o Brasil na condição de “economia nacional dependente”. Além disso, no âmbito do continente americano, cabe lembrar a influência estadunidense e sua busca por hegemonia na região, assim como a inflexão na política externa estadunidense implementada a partir dos anos 1960, impulsionada no âmbito continental pela Revolução Cubana e significativamente impactante nas políticas internas dos países latino-americanos ao longo das décadas seguintes.¹²

As estratégias de propaganda aqui analisadas foram utilizadas predominantemente no período entre o golpe e o início da chamada “distensão”, ou seja, de 1964 a 1974. Como veremos, são representativas das mudanças conjunturais ocorridas nesse período as diferenças entre, de um lado, os cinejornais *Atualidades* e *Informativo*, disseminados entre 1964 e 1968, conjuntura de consolidação do regime e de seu sistema de controle social, e, de outro, *Brasil Hoje*, que surgiu no auge da ditadura e permaneceu em vigor nos primeiros três anos após o início da “distensão” – ou seja, até 1977.

Nesta reflexão, tratarei da ação desse meio de controle social (a propaganda) sobre um segmento social específico: o campo da educação superior. Essa era uma das áreas consideradas prioritárias pelo grupo que constituiu o primeiro governo ditatorial em 1964, percebida

12 É preciso lembrar que, na definição das políticas internas, não há, a priori, predomínio da influência de fatores externos ou internos, ainda que isso possa ocorrer em certos momentos, em função das relações entre as dinâmicas políticas externa e interna. Sobre a política externa estadunidense para a América Latina durante a Guerra Fria, cf. a “Segunda Parte” de Pecequillo (2005). Sobre as assimetrias de poder entre Estados na “sociedade internacional” e a relação dessas dinâmicas com a política interna dos países, cf. Silveira (2003). Especificamente sobre a influência dos EUA na política interna brasileira durante a Ditadura Militar, cf. Fico (2008).



como estratégica em função de dois motivos principais:

(1) sua importância como potencial geradora de consensos favoráveis à estabilidade política do regime;

(2) sua condição de formadora dos diversos tipos de profissionais (dirigentes políticos, planejadores, técnicos especializados etc.) considerados necessários ao sucesso daquele modelo de desenvolvimento.

A Agência Nacional

Criada oficialmente pelo Decreto-lei nº 7.582, de 25/mar/1945, a Agência Nacional surgia como um órgão do Departamento Nacional de Informações (DNI), instituído em substituição ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).¹³

A atribuição da Agência Nacional, segundo o Art. 14 daquela norma, era fazer a “distribuição de noticiário e serviço fotográfico, *em caráter meramente informativo*, à imprensa da Capital e dos Estados”. Observe-se que as atividades então atribuídas à Agência Nacional já vinham sendo executadas pelo menos desde 1934, pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, substituído em dezembro de 1939 pelo DIP. Em contrapartida, o fato daquele decreto-lei determinar que a atuação da Agência Nacional deveria ter “caráter meramente informativo” assinala intenção de diferenciar o trabalho do DNI daquele que cumprira o DIP, principal órgão de propaganda e censura do Estado Novo. Poderia tratar-se de efetiva busca por mudança de práticas ou apenas de uma tentativa de construir para o novo órgão uma imagem positiva, demarcando sua diferença em relação ao anterior, conhecido por fa-

363

¹³ Jorge Duarte afirma que a Agência Nacional teria sido criada em 1937, por portaria do Ministério da Justiça (DUARTE, 2010, p. 12).



zer propaganda de um regime ditatorial.¹⁴

Já no ano seguinte, o DNI foi desativado. A Agência Nacional, contudo, foi mantida, passando à alçada do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O Decreto-lei nº 9.788, de 06/set/1946, mantinha a determinação de que aquela agência deveria ter “uma função meramente informativa das atividades nacionais em todos os setores” (Art. 3). Além disso, estabelecia como competência da agência “ministrar ao público, aos particulares, às associações e à imprensa toda sorte de informações sobre assuntos de interesse da nação, ligados à sua vida econômica, industrial, agrícola, social, cultural e artística” (Art. 3), além de “manter o jornal cinematográfico de caráter noticioso e o boletim informativo radiofônico de irradiação para todo o país” (Art. 4).

364 Após o golpe de 1964, vários órgãos foram assimilados pelo sistema de controle social então reconfigurado para sustentação do novo regime. A Agência Nacional foi um deles. Integrada ao novo sistema de controle, tornou-se um dos principais órgãos de propaganda do regime. Em 1979, como parte das mudanças implementadas naquela nova etapa do processo de transição, a agência passaria a chamar-se Empresa Brasileira de Notícias.

Cinejornais durante a Ditadura Militar

As origens do *noticiário cinematográfico* remontam a 1908, com o surgimento, em Paris, do bissemanário *Pathé Journal*. Dois anos depois, embarcados no sucesso de seu cinejornal na França, os irmãos Pathé lançariam em Londres o também bissemanário *Pathe Gazette* e, nos EUA, o *Pathe News* (BRITISH PATHÉ, s/d-a; s/d-b.). A ideia de exibir curtas-metragens com conteúdo jornalístico periodicamente no cinema

¹⁴ Sobre a propaganda durante o Estado Novo, cf. Capelato (1999).



acabou tendo boa aceitação, reforçada pela posterior consolidação do cinema como meio de comunicação de massas. Durante a II Guerra Mundial, o cinema afirmou-se como um decisivo instrumento de propaganda, cabendo aos cinejornais uma importância considerável nesse processo, por apresentarem-se como fonte de informação, camuflando suas funções de propaganda. No Brasil não foi diferente, e alguns modelos de propaganda cinematográfica, como o nazista e o soviético, tiveram significativa influência durante o Estado Novo (ALMEIDA, 1999).

Desde então, houve inúmeras situações em que governos brasileiros – ditatoriais ou democráticos – buscaram valer-se do discurso cinematográfico para atribuir a si e a suas obras “um caráter positivo e sem contradições aparentes”, como afirma Bizello a respeito do caso de Juscelino Kubitschek (BIZELLO, 2007, p. 8). Após 1964, esse importante meio de propaganda seria mobilizado pelo regime ditatorial então nascente. A partir dos anos 1970, com a consolidação da televisão (iniciada ainda nos anos 1960), os cinejornais gradativamente perderiam importância.¹⁵

O cinejornal *Atualidades* já existia pelo menos desde 1963 e, comparando as edições analisadas com as de nº 3 e 38 (ambas de 1963), parece não ter sofrido, após o golpe, nenhuma mudança significativa em termos de produção. O *Informativo* existiu ao longo da maior parte dos anos 1950 e foi retomado após 1965, não podendo ser descartada, contudo, a hipótese de simples coincidência de nomes.¹⁶

De qualquer modo, é notória a semelhança, em termos de produção, entre o *Informativo* dos anos 1950 e o da segunda metade dos 1960,

15 Sobre os cinejornais no Brasil, cf., dentre outros estudos: Tomaim (2006), Simis (2008), Castro (2013), Macedo e Chaia (2009), Rêgo (2007) e Bizello (2009).

16 A primeira edição de *Informativo* localizada por Renata Vellozo Gomes era de 1950 (GOMES, 2007, p. 42).



assim como entre eles e as edições de *Atualidades* veiculadas antes e depois do golpe de 1964. É evidente a forte continuidade em termos de produção cinematográfica.

Em contrapartida, é expressiva a diferença em relação a *Brasil Hoje*. Em cores, com uma linguagem dinâmica, imagens expressivas, dava mais ênfase à música, e *closes* e tomadas de diferentes ângulos sucediam-se com mais rapidez. Assemelhava-se bastante, nesse sentido, com os “filmetes institucionais” produzidos pela AERP/ARP para veiculação na televisão.¹⁷

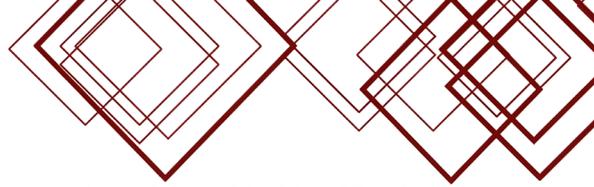
366 Nas 39 edições dos cinejornais analisados, foram identificadas 243 notícias, entendidas aqui como os blocos em que cada cinejornal se dividia. Dentre esse total de notícias avaliadas, 42 delas (17,3%) eram diretamente relacionadas com a educação superior, ainda que em alguns casos não fossem exclusivamente dedicadas ao tema.¹⁸

Nessas 42 notícias, foi identificado um total de 51 núcleos de sentido vinculados à educação superior.¹⁹ Tais núcleos foram classificados em três categorias gerais, subdivididas em nove categorias específicas:

17 A Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP) existiu entre 1968 e 1973, sendo em 1974 transformada na Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República (ARP), desativada em 1978. Cf. Fico (1997).

18 Para dados detalhados da análise, cf. Apêndice C – Agência Nacional – cinejornais, em Mansan (2014).

19 Ao estabelecer um método para o estudo daqueles cinejornais no âmbito da pesquisa que embasou esta reflexão, apropriei-me da noção de “núcleo de sentido” e de outros elementos da Análise de Conteúdo, proposta metodológica pensada originalmente para abordagem da imprensa escrita; considereei tanto as diferenças quanto as evidentes homologias entre esses dois campos da comunicação de massas. Cf. Bardin (1977), Morin (1970) e Moraes (1999).

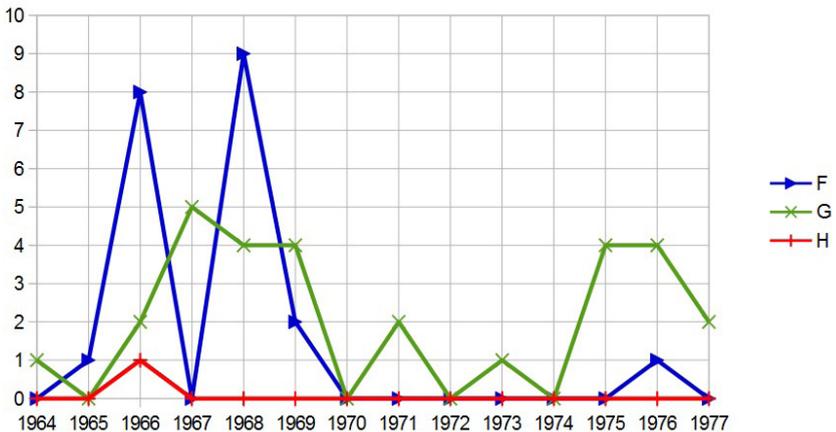


Quadro 1 – Categorização dos núcleos de sentido identificados

Categoria geral	Subcategorias
F - governo e educação superior	F1 - participação de membros do governo em eventos acadêmicos F2 - concessão de títulos de <i>Doutor Honoris Causa</i> a membros do governo F3 - visita de membro do governo a instituições de educação superior
G - desenvolvimento e educação superior	G1 - investimentos em educação superior G2 - atividades de ensino, pesquisa e extensão G3 - Projeto Rondon G4 - cooperação entre governo e dirigentes universitários na busca de solução para problemas da educação superior G5 - problema dos excedentes
H - Informativo	H - divulgação de eventos acadêmicos

Fonte: Mansan (2014).

Gráfico 1 - Distribuição temporal dos núcleos de sentido por categoria geral



Fonte: Mansan (2014).



O primeiro aspecto que chama a atenção ao analisar os conteúdos relativos à educação superior naqueles cinejornais é a ausência de quaisquer notícias sobre ações repressivas no âmbito daquele segmento social, ou contendo críticas explícitas à “subversão” ou às políticas educacionais do governo Goulart. Qualquer tentativa de explicação consistente das causas disso deve necessariamente passar por uma análise das diversas variáveis envolvidas, na linha do proposto por Jowett e O’Donnell (1999)²⁰, o que extrapolaria os limites e propósitos desta reflexão. O fundamental aqui é perceber que o órgão de propaganda oficial analisado fazia uso de variadas estratégias de convencimento, provavelmente tendo em vista as diferentes audiências e outras especificidades de cada mídia utilizada pela agência. Junto a disso, havia algumas notícias veiculadas nos cinejornais, sobre temas não relacionados diretamente com a educação superior, nas quais aqueles elementos temáticos (repressão, subversão, críticas ao governo deposto pelo golpe etc.) se faziam presentes. Foi no trato do tema educação superior que se preferiu uma abordagem otimista e voltada à construção de uma imagem positiva para o regime, associando as políticas educacionais e os investimentos no nível superior com o tipo de desenvolvimento nacional defendido pelo grupo no poder.

Ainda a partir dos elementos trazidos pelo Gráfico 1, destaca-se a importância assumida pelo tema da educação superior entre 1966 e 1969. Parece provável que isso estivesse diretamente relacionado com a crescente mobilização estudantil em oposição ao regime naqueles anos.

Outro aspecto destacado é a retomada, após 1975, de temas relacionando desenvolvimento nacional e educação superior. Ao que parece, isso decorreu da estratégia transicional iniciada um ano antes. Evidentemente, essas inferências se restringem à propaganda cinejor-

20 Cf. especialmente o cap. 6 da referida obra.



nalística promovida pela Agência Nacional, mesmo porque o desenvolvimento foi tema constante nas variadas outras formas de propaganda de que se valeu o regime.

Governo e educação superior

A primeira categoria geral reunia as notícias marcadas pela divulgação de imagens de um bom relacionamento de lideranças do governo com o campo da educação superior.

Nesse âmbito, uma das categorias específicas correspondia às notícias que tratavam da participação de membros do governo em eventos acadêmicos. A grande maioria dos núcleos de sentido identificados nessa categoria correspondem a matérias do cinejornal *Informativo*. A única exceção é a edição nº 156 de *Brasil Hoje*, de 1976, em que o então ministro da Educação e Cultura Ney Braga é apresentado entregando prêmios a “revelações” da dramaturgia do meio universitário (AGÊNCIA NACIONAL, 1976a).

369

Das notícias dessa categoria veiculadas no *Informativo*, algumas tratavam de atividades de ministros e outras de presidentes. Apenas uma apresentava um ministro da Educação. No *Informativo* nº 136, de 1969, imagens de Tarso Dutra em Uberlândia/MG eram veiculadas, enquanto o narrador observava que o ministro pronunciaria “uma conferência para todas as faculdades locais, abordando temas de *desenvolvimento do ensino* em nosso país” (AGÊNCIA NACIONAL, 1969c).

Das matérias com presidentes enquadradas nessa categoria, algumas noticiavam a participação dos ditadores em formaturas civis ou militares, como no caso do *Informativo* nº 55, de 1966, que afirmava que Castello Branco teria presidido uma formatura na Escola de Coman-



do e Estado-Maior da Aeronáutica (AGÊNCIA NACIONAL, 1966f); ou o *Informativo* nº 123, de 1968, que destacava a presença de Costa e Silva em formatura da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Neste, à imagem do ditador, em traje civil, discursando perante os formandos, somava-se, sobre um fundo musical imponente, a voz do narrador, informando que o militar presidia aquela formatura: “prepara-se, assim, a *verdadeira mocidade estudantil* para assumir as suas *responsabilidades na construção de um Brasil melhor*” (AGÊNCIA NACIONAL, 1968c).

370

Outros dois cinejornais destacariam, ainda naquele ano, Costa e Silva como patrono de turmas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e na Universidade Gama Filho (UGF), entregando diplomas a formandos do Instituto Rio Branco e presente na solenidade de encerramento do ano letivo na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e na formatura de cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras.²¹

Alguns cinejornais divulgaram a concessão de títulos de *Doutor Honoris Causa* a figuras de destaque do regime, sobretudo os ditadores. Foi o caso do *Informativo* nº 29, de 1966, que noticiou a visita de Castello Branco a Santa Maria/RS, onde recebeu o título do prof. José Mariano da Rocha, reitor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Naquela universidade, Castello proferiria a aula inaugural do ano letivo (AGÊNCIA NACIONAL, 1966a). Além desse caso, oito concessões de títulos de *Doutor Honoris Causa* foram noticiadas pelo *Informativo*, entre 1965 e 1969 – cinco delas para Castello e três para Costa e Silva –, em vários estados do país (AGÊNCIA NACIONAL, 1965; 1966a; 1966c; 1966d; 1966f; 1968b; 1968f; 1969b).

21 Participação na PUC-RJ, cf. Agência Nacional (1968c); demais atividades, cf. Agência Nacional (1968d).



Em duas edições do cinejornal *Informativo*, ambas de 1966, foram noticiadas visitas de Castello a instituições de educação superior em São Paulo e no Ceará. Divulgou-se ainda que, na Universidade Estadual de Campinas, o ditador lançara a pedra fundamental do Instituto de Biologia (AGÊNCIA NACIONAL, 1966b; 1966e).

Eis uma das diferenças de *Brasil Hoje* para seus antecessores: a propaganda via cinejornal dos anos 1970 voltou-se para outras temáticas, apostando em mudanças também em termos de conteúdo, buscando apresentar notícias mais chamativas e potencialmente interessantes a públicos mais amplos. É plausível supor que, a partir de *Brasil Hoje*, tenha havido, na produção dos cinejornais da Agência Nacional, uma maior preocupação com a audiência e com a receptividade dos filmes. Tais diferenças apontam também para os mecanismos com os quais aqueles meios de propaganda buscavam construir uma aparência de legitimidade para o regime. Nos anos 1960, a concessão de títulos acadêmicos aos ditadores e outros membros do grupo no poder era vista como uma forma importante de se conferir uma imagem de legitimidade ao homenageado, caracterizando-o como uma liderança reconhecida pelas universidades brasileiras. A partir dos anos 1970, os esforços no sentido da formação dessa aparência de legitimidade voltaram-se para o tema do “desenvolvimento nacional”.

371

Desenvolvimento e educação superior

A segunda categoria geral reunia matérias cuja ênfase recaía no desenvolvimento *da* educação superior e no desenvolvimento *por meio da* educação superior. A divulgação de notícias sobre o crescimento da educação superior no país, com investimentos, aumento do número de vagas etc., somava-se a afirmações de que determinados entraves a esse



crescimento estariam sendo solucionados pelos governos do regime. Os três cinejornais analisados divulgaram matérias nesse sentido.

Atualidades, por exemplo, noticiava em 1964 uma série de obras, dentre elas a construção da Cidade Universitária na Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro (AGÊNCIA NACIONAL, 1964). Em 1966, o *Informativo* divulgaria a inauguração de uma série de obras, dentre elas novas instalações das faculdades de Química, Farmácia e Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (AGÊNCIA NACIONAL, 1966d). Um ano depois, afirmaria que o Ministério da Educação e Cultura havia lançado o Curso de Orçamento Programado, voltado a técnicos de instituições de educação superior (AGÊNCIA NACIONAL, 1967a). Ainda naquele ano, *Informativo* veicularia notícia sobre a criação das escolas de Ciências Econômicas e Superior de Agronomia em Mossoró/RN (AGÊNCIA NACIONAL, 1967d). Em 1968, voltaria a tratar das obras na Ilha de Fundão, informando que havia sido autorizado empréstimo para conclusão da Cidade Universitária (AGÊNCIA NACIONAL, 1968c).

Em 1969, *Informativo* dedicaria uma edição inteira à UFSM, narando a história da criação daquela universidade (AGÊNCIA NACIONAL, 1969a). Cinejornais temáticos como esse eram incomuns, o que reforça o entendimento de que a educação tinha grande importância para aqueles governos ditatoriais, tanto como mote para propagandas do “Brasil grande” quanto como segmento social que merecia atenção especial, em função de seu caráter estratégico para o “desenvolvimento nacional” e devido à capacidade de mobilização e protesto do segmento estudantil. Embora constante, isso assumiu especial importância em *Brasil Hoje*, que enfocava a educação superior sempre pelo viés da modernização do país: pesquisas de ponta em áreas tecnológicas, investimentos em infraestrutura (equipamentos, laboratórios e prédios),



ampliação do número de vagas etc.

Brasil Hoje divulgaria, assim, a inauguração da sede da reitoria da Universidade Federal do Maranhão em 1973; a existência de instituições de educação superior em Nova Friburgo/RJ e as dimensões da UFSC em 1975, com um *campus* com “mais de um milhão de metros quadrados” e “27 cursos frequentados por quase sete mil alunos, dos quais 230 fazem pós-graduação”; a inauguração em 1976 do Centro de Tecnologia e Pesquisa da Universidade de Caxias do Sul/RS, por Geisel e pelo então governador do RS, Sinval Guazzelli; a inauguração do Hospital Universitário na UGF, no Rio de Janeiro, pelo “vice-presidente”, gen. Adalberto Pereira dos Santos, em 1977 (AGÊNCIA NACIONAL, 1973; 1975c; 1975a; 1976b; 1977a).

Outro grupo de notícias tinha em comum a divulgação de atividades de ensino, pesquisa ou extensão. Indiretamente, também colaboravam com a construção de uma imagem positiva do regime, disseminando a ideia de que as instituições de educação superior no país estavam funcionais e produtivas graças às ações do regime. Tais notícias foram marcantes nos cinejornais dos anos 1970.

373

Informativo disseminou notícias nesse sentido em duas edições ainda em 1969. Uma delas mostrava trabalhos desenvolvidos por estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro nas áreas de Agronomia, Avicultura, Pecuária e Fruticultura (AGÊNCIA NACIONAL, 1969d). Outra divulgava diversos dados de Brasília, apresentando uma série de atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na Universidade de Brasília (UnB), todas voltadas para a construção de uma imagem de modernidade e desenvolvimento da educação superior no país: “Brasília vai se transformando também no maior centro cultural do Brasil. A sua universidade conta com mais de quatro mil alunos,



três mil rapazes e mais de mil moças”.²²

Sobre a imagem de uma ampla instalação, o narrador fala: “esta vasta área construída foi apelidada de Minhocão. Pelas suas áreas internas passeiam os universitários, aguardando ou se retirando das aulas. *Todos pra frente*”. Há aqui uma clara associação com o sentido de desenvolvimento implícito na ideia do “ir para a frente”, que se fazia presente na propaganda do regime desde seus primeiros anos e tornar-se-ia um de seus elementos centrais a partir dos anos 1970.

374 Nesse momento daquela edição do Informativo sobre a UnB, o narrador faz uma pausa, a música de fundo aumenta e há um corte na imagem, que passa para uma tomada interna. Um grupo de cinco jovens desloca-se em direção à câmera, sorridentes. Nesse ponto, a imagem corta para um laboratório com diversos equipamentos, onde conversam dois professores. O narrador explica: “professores preparam planos de aula de Física e Alta Matemática, seguindo-se experiências práticas em laboratórios com *moderníssimos* equipamentos onde os alunos estudam do átomo ao vácuo”. Nova mudança na imagem e passa-se a uma sala de aula em formato de auditório: “estamos presenciando uma prova escrita de Medicina, quando se concentram os alunos em difíceis problemas”.

Novo corte. Agora uma pesquisadora trabalhando no microscópio: “a pesquisa se desenvolve na universidade *com repercussão em todo o mundo*. A esquistossomose é pesquisada com caramujos procedentes de toda a América, inclusive dos Estados Unidos”. O narrador assinala, sobre nova imagem, agora de pesquisadoras manipulando camundon-

²² Note-se a gritante desigualdade de gênero no acesso à educação superior indicada pelas cifras. Mais emblemático ainda é o fato de aquela peça de propaganda destacar tal assimetria, indicando que os responsáveis pela elaboração desses cinejornais não viam tal disparidade como um problema ou uma potencial fonte de críticas, mas sim como algo normal.



gos em um laboratório: “assistimos a experiências feitas com camundongos, que são submetidos a testes com diferentes espécies de caramujos. A meta é acabar com a esquistossomose de vez”.

Um novo corte, desta vez para um laboratório de Mecânica: “a Engenharia Mecânica é um dos pontos altos da UnB. O instrumental é *o mais moderno* e, em grande parte, *de fabricação nacional*”. Mais um corte, voltando a enfatizar corredores da universidade: “terminadas as preleções e experiências, alunos debatem pelos corredores”. A seguir, uma tomada aérea e a afirmação emblemática do narrador: “*eis a Brasília de um Brasil grande, irreversível no seu fantástico progresso*”(AGÊNCIA NACIONAL, 1969e).

Ficava especialmente explícita naquela edição do *Informativo* a estratégia de propaganda via cinejornais mobilizada pelo regime naquele contexto, com mobilização intensa de frases e imagens que remetiam a ideias de desenvolvimento nacional, modernidade, progresso etc., em desbragada exaltação dos governos ditatoriais do período.

375

No *Brasil Hoje* nº 8, de 1971, era noticiada a visita do ministro da Educação, Jarbas Passarinho, à Universidade do Estado da Guanabara²³ (UEG):

Na UEG, o ministro Jarbas Passarinho vê uma síntese de tudo que o governo quer do ensino. Primeiro órgão a tornar realidade o Projeto Rondon, a UEG concentra-se agora na criação de um centro de produção, CEPUEG, e incentivará a pesquisa prestando serviços à comunidade. Há recursos para os centros Biomédico, de Ciências Sociais, de Tecnologia e Ciências, de Educação e Humanidades, e de Estudos e Pesquisas do Direito, para proporcionar aos técnicos condições de trabalho, equacionando-se em termos realísticos o problema universidade-empresa (AGÊNCIA NACIONAL, 1971).

23 A UEG passaria em 1975 a chamar-se Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).



Enquanto essa mensagem era pronunciada pelo narrador, com longas pausas entre uma frase e outra e um fundo musical que inspirava harmonia e tranquilidade, sucediam-se imagens de laboratórios com técnicos e estudantes, em sua maioria da área da Saúde, assim como computadores sendo operados e cartões perfurados sendo lidos. Imagens que remetiam, naquele contexto, a ideias de modernização e desenvolvimento da educação superior no país. Junto a isso, reforçava-se a propaganda do Projeto Rondon, outro importante elemento de controle do campo da educação superior mobilizado naquele contexto.

376

Em 1975, *Brasil Hoje* divulgaria “as formas modernas” do Museu Arqueológico do Sambaqui, destacando ainda a “universidade municipal”, que formaria “mão de obra de alto nível na área tecnológica” (AGÊNCIA NACIONAL, 1975b). No ano seguinte, aquele cinejornal noticiaria visita de Geisel à Universidade Federal da Paraíba, enfatizando atividades no laboratório de energia solar, com a presença do ministro da Educação e Cultura, Ney Braga (AGÊNCIA NACIONAL, 1976a). Em 1977, o destaque caberia à orquestra da UERJ (AGÊNCIA NACIONAL, 1977b).

A divulgação das atividades do Projeto Rondon esteve presente na edição nº 8 do *Brasil Hoje*, de 1971, já referida, bem como em duas edições de 1968 do *Informativo*. Na edição nº 104, noticiava-se a atuação de estudantes vinculados ao projeto em Aragarças, Goiás. Na edição nº 126, o destaque cabia ao embarque, no navio Barroso Pereira, de estudantes do projeto que atuariam na Amazônia (AGÊNCIA NACIONAL, 1968a; 1968e).

Os cinejornais da agência também destacaram a cooperação entre governo e dirigentes universitários na busca de soluções para supostos entraves ao desenvolvimento da educação superior. No *Informativo*



nº 75, de 1967, Costa e Silva é apresentado presidindo reunião com reitores e professores de diversas universidades brasileiras. A ideia central era a harmonia e o clima de cooperação entre governo e dirigentes universitários. O narrador afirmava que, “empenhado em solucionar problemas fundamentais do ensino no país”, Costa e Silva reuniria em Brasília “reitores e professores das universidades brasileiras, com eles debatendo vários problemas educacionais”, presentes também “os ministros da Educação e Cultura e dos gabinetes Civil e Militar”. A imagem do general, em traje civil, presidindo uma reunião com alguns dos principais dirigentes universitários do país, sugeria ideias de diálogo entre governo e universidade, de seriedade no trato do tema educacional e de empenho na busca por desenvolvimento da área, ideias reforçadas pela fala do narrador (AGÊNCIA NACIONAL, 1967c).

O “problema dos excedentes” foi um tema candente nos primeiros anos do regime, sendo utilizado como importante mote para críticas à ditadura pelo movimento estudantil e outros segmentos de oposição. O *Informativo* nº 60, de 1967, divulgava reunião de Costa e Silva com reitores, com a temática como pauta:

377

Com o propósito de examinar e *resolver* a questão dos alunos excedentes dos cursos superiores, o presidente Costa e Silva reúne no Palácio do Planalto, em Brasília, os reitores das universidades do país. A intervenção presidencial propicia *solução adequada* para o problema *que perdura há vários anos* (AGÊNCIA NACIONAL, 1967b).

Note-se que a abordagem do cinejornal era, como de costume, otimista, ao mesmo tempo em que o “problema dos excedentes” era sutilmente associado a gestões anteriores a 1964.



Notícias de cunho informativo

Os núcleos reunidos nesta categoria correspondem às notícias de cunho essencialmente informativo, voltadas, no caso dos cinejornais analisados, à divulgação de eventos acadêmicos sem que, ao que parece, estivessem presentes objetivos propagandísticos. Isso, é claro, não exclui a possibilidade de que tais notícias cinematográficas tenham eventualmente produzido *efeitos* de propaganda, o que só uma análise da *recepção* desses cinejornais poderia aferir. De todo modo, a identificação dessa categoria é importante para evitarmos uma abordagem simplista da questão. O fato de que um órgão como a Agência Nacional cumpria importante função de propaganda não significa que todas as suas ações atuassem necessariamente nesse sentido.

378

Junto a isso, é fundamental levar em conta que mesmo as notícias essencialmente informativas podiam contribuir com a atuação propagandística da agência, através daquilo que Jowett e O'Donnell chamam de "*subpropaganda*". Trata-se de um tipo de notícia que não se configura como propaganda, mas que (justamente por esse motivo) contribui com a construção de uma imagem de confiabilidade para o emissor junto a sua audiência, facilitando a aceitação de eventuais mensagens de propaganda emitidas posteriormente (JOWETT; O'DONNELL, 1999, p. 21-23).

Considerações finais

Nos cinejornais analisados, a associação entre educação superior e desenvolvimento era frequente, feita através de uma caracterização positiva e otimista daquele segmento social, destacando os investimentos públicos na área e a importância crucial de certas políticas para o desenvolvimento conservador.



A respeito da relação entre propaganda e desenvolvimento durante a Ditadura Militar, é possível dizer que, “assim como o ‘desenvolvimento material’ deu-se em bases excludentes, também a propaganda política militar operou com uma visão estereotipada dos ‘valores brasileiros’”. Uma perspectiva “que malversou as esperanças sociais e procurou transferir para o poder (ilegítimo e ditatorial) as energias utópicas que muitos costumamos ter em relação ao nosso país” (FICO, 1997, p. 146). Tratava-se, em outras palavras, de mobilizar esforços para construir, em torno do regime, uma aparência de legitimidade que assegurasse o mínimo necessário e o máximo possível de apoios sociais, diante das variadas formas de resistência e contestação ao regime postas em prática ao longo daquelas décadas.

Para tanto, os dois principais caminhos adotados foram:

1) a construção de uma imagem negativa para o “inimigo”, o “subversivo”, vinculado a ideias como “comunismo”, perigo estrangeiro, “marxismo”, “esquerdismo”, desordem, caos, corrupção, violência, conflito; valia-se em grande medida de ideias arraigadas desde muito antes de 1964 em certos imaginários, como o anticomunista;

379

2) no sentido oposto, e com o mesmo grau de importância, a construção de uma imagem positiva para o regime, associando-o a ideias de desenvolvimento, modernidade, ética (sobretudo por meio do tema do combate à corrupção), trabalho, abertura ao diálogo, paz, tranquilidade, ordem e normalidade.

Dependendo da mídia, do público-alvo ou do método de propaganda (difuso ou específico), a ênfase poderia recair em um ou outro daqueles eixos propagandísticos. Nos três cinejornais analisados, a opção foi, como visto, pela segunda abordagem, quando o assunto era educação superior. A propaganda promovida pela Agência Nacional



nos cinemas brasileiros, ao tratar da educação superior, adotou, desde os primeiros momentos após o golpe, uma perspectiva otimista, associando a atuação dos governos ditatoriais na área com a promoção do “desenvolvimento nacional”. Desenvolvimento que, vale lembrar, foi pautado por um projeto social de corte autoritário, elitista e conservador, que fez o crescimento econômico de fins dos anos 1960 e início dos 1970 ser acompanhado de forte aprofundamento da exclusão e desigualdade social, cujas marcas são sentidas no país em alguma medida ainda hoje. Tais marcas foram consideravelmente atenuadas por políticas públicas implementadas pelos governos petistas de 2003-2016, interrompidas pelo golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff e retomadas após 2023, com a vitória da democracia sobre o movimento neofascista do bolsonarismo e o fracasso do projeto de golpe de Estado civil-militar que vinha sendo articulado desde fins de 2022.

380

Hoje, passados 60 anos do golpe civil-militar de 1964, nunca foi tão oportuno refletir sobre a trajetória tortuosa da democracia brasileira, marcada desde suas origens por golpes e tentativas de golpes de Estado. Conhecer e divulgar as razões históricas da durabilidade da Ditadura Militar e sua capacidade para criar para si, via propaganda, uma imagem mítica e enganosa, é parte dos esforços “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

REFERÊNCIAS

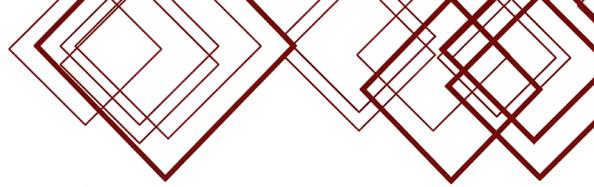
AGÊNCIA NACIONAL. 1964. *Cinejornal Atualidades n° 47*, 6'55”.

_____. 1965. *Cinejornal Informativo n° 11*, 9'14”.

_____. 1966a. *Cinejornal Informativo n° 29*, 8'40”.

_____. 1966b. *Cinejornal Informativo n° 30*, 7'19”.

_____. 1966c. *Cinejornal Informativo n° 31*, 7'09”.



- _____. 1966d. *Cinejornal Informativo n° 38*, 6'41".
- _____. 1966e. *Cinejornal Informativo n° 41*, 8'20".
- _____. 1966f. *Cinejornal Informativo n° 55*, 6'20".
- _____. 1967a. *Cinejornal Informativo n° 56*, 7'01".
- _____. 1967b. *Cinejornal Informativo n° 60*, 5'48".
- _____. 1967c. *Cinejornal Informativo n° 75*, 7'59".
- _____. 1967d. *Cinejornal Informativo n° 89*, 8'33".
- _____. 1968a. *Cinejornal Informativo n° 104*, 6'51".
- _____. 1968b. *Cinejornal Informativo n° 108*, 7'06".
- _____. 1968c. *Cinejornal Informativo n° 123*, 6'26".
- _____. 1968d. *Cinejornal Informativo n° 124*, 7'01".
- _____. 1968e. *Cinejornal Informativo n° 126*, 6'38".
- _____. 1968f. *Cinejornal Informativo n° 96*, 8'05".
- _____. 1969a. *Cinejornal Informativo n° 128*, Como nasce uma universidade, 11'45".
- _____. 1969b. *Cinejornal Informativo n° 134*, 7'35".
- _____. 1969c. *Cinejornal Informativo n° 136*, 7'01".
- _____. 1969d. *Cinejornal Informativo n° 138*, 6'54".
- _____. 1969e. *Cinejornal Informativo n° 147*, 7'46".
- _____. 1971. *Cinejornal Brasil Hoje n° 8*, 9'33".
- _____. 1973. *Cinejornal Brasil Hoje n° 37*, 7'15".
- _____. 1975a. *Cinejornal Brasil Hoje n° 100*, 6'23".
- _____. 1975b. *Cinejornal Brasil Hoje n° 123*, 9'26".
- _____. 1975c. *Cinejornal Brasil Hoje n° 99*, 6'04".
- _____. 1976a. *Cinejornal Brasil Hoje n° 156*, 8'48".
- _____. 1976b. *Cinejornal Brasil Hoje n° 178*, 8'34".
- _____. 1977a. *Cinejornal Brasil Hoje n° 204*, 7'11".
- _____. 1977b. *Cinejornal Brasil Hoje n° 219*, 7'34".

AGGIO, A. 1996. Regime militar e transição democrática: um balanço



do caso brasileiro. *Estudos de Sociologia* (UNESP), v. 1, n. 1, Araraquara/SP, p. 55-64.

ALMEIDA, C. A. 1999. O Cinema Brasileiro no Estado Novo: o diálogo com a Itália, Alemanha e URSS. *Revista de Sociologia e Política*, n. 12, p. 121-129.

ALVES, M. H. M. 1989. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes.

ARQUIVO NACIONAL. s/d. *Portal Zappiens*. Acervo Cinejornais Agência Nacional. Disponível em: <<http://www.zappiens.br>>.

BARDIN, L. 1977. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BIZELLO, M. L. 2007. Cinejornais nos anos dourados: JK e Brasília em imagens em movimento. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Leopoldo/RS.

382

_____. 2009. Imagens de convencimento: cinejornais e filmes institucionais nos anos JK. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 11, n. 18, p. 43-58.

BRITISH PATHÉ. s/d-a. *About us*. Disponível em: <<http://www.britishpathe.com/pages/about>>. Acesso em: 21/mar/2013.

_____. s/d-b. *Pathe News – 21 years old: 1910-1931*. Disponível em: <<http://www.britishpathe.com/video/1910-1929-pathe-news-21-years-old/query/pathe+news>>. Acesso em: 21/mar/2013.

CAPELATO, M. H. 1999. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. p. 167-178.

CASTRO, C. C. M. de. 2013. *O governo democrático de Getúlio Vargas através dos cinejornais*. 179 f. Dissertação - Mestrado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói.

CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 25, p. 83-



106, nov. 2005.

- COHEN, S.; SCULL, A. (ed.). 1983. *Social Control and the State: historical and comparative essays*. Oxford: M. Robertson.
- COHEN, S. 1985. *Visions of social control*. Cambridge: Polity Press.
- COLISTETE, R. P. 2009. Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945-1978. *Revista de Economia Política*, v. 29, n. 4, São Paulo, Out/Dez. 2009.
- DEFLEM, M. 2007. The concept of social control: theories and applications. *International Conference on Charities as Instruments of Social Control in Nineteenth-Century Britain*, Université de Haute Bretagne (Rennes 2), Rennes, France. Disponível em: <www.mathieuede-flem.net>. Acesso em: 10 dez. 2012.
- DELGADO, L. A. N. 2010. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, Niterói (RJ), v.14, n.28, p.125-145, jan-jun.
- DOMENACH, J.M. 1955. *A propaganda política*. São Paulo: DIFEL.
- DREIFUSS, R. 2006. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes.
- DUARTE, J. 2010. Gabinetes de Imprensa da Presidência: da Proclamação às vésperas do golpe. In: SINGER, A. *et. al.* (orgs.). *No Planalto, com a Imprensa: entrevistas de secretários de Imprensa e porta-vozes – de JK a Lula*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana; Brasília: Secretaria de Imprensa/Presidência da República. p. 11-21.
- ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos (EMFA/ESG/DE). 1975. *MB-75 – Manual Básico*. Rio de Janeiro: APEX.
- FERNANDES, F. 1975. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. (Biblioteca de Ciências Sociais).



- _____. 1982. *A ditadura em questão*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- FICO, C. 1997. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.
- _____. 2004. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record.
- _____. 2008. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GOMES, R. V. 2007. Cotidiano e cultura no Rio de Janeiro na década de 1950: os cinejornais da Agência Nacional. *Arte & Ensaio (UFRJ)*, p. 40-45.
- GRAMSCI, A. 2004. *Cadernos do cárcere*. V. 2 – Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 3. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. 2007. *Cadernos do cárcere*. V. 3 – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GORENDER, J. Coerção e consenso na política. *Estudos Avançados*, v. 2, n. 3, São Paulo, Set.-Dez./1988.
- JOWETT, G. S.; O'DONNELL, V. 1999. *Propaganda and persuasion*. 3. ed. Thousand Oaks/London/New Delhi: SAGE.
- KINZO, M. D. 2001. *A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição*. São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 4, São Paulo, p. 3-12.
- LAMOUNIER, B. (org.). 1990. *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré.
- LEMOIS, R. L. do C. N. 2014. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o marxismo*, v.



2, n. 2. p. 111-138.

MACEDO, A.; CHAIA, V. 2009. Bandeirante da Tela: o cinejornalismo de Adhemar de Barros. *Aurora*, n. 5. p. 82-94. Disponível em: <www.pucsp.br/revistaaurora>. Acesso em: 29/jun/2014.

MANSAN, J. V. 2014. *Subversivos: ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988)*. 366 f. Tese – Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/Brasil.

_____. 2017. A vigilância da educação superior durante o processo de transição controlada no Brasil (1974-1988). In: MANSAN, Jaime Valim; YAFFÉ, Jaime; SILVEIRA, Helder Gordim da (orgs.). *Transições à democracia: Europa e América Latina no século XX*. Porto Alegre: EDIPUCRS. p. 91-114.

MARTINS FILHO, J. R. (org.). 2006. *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EDUFSCAR. 385

MATHIAS, S. K. 1995. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas/SP: Papirus.

_____. 2004. *A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação (1963-1990)*. São Paulo: Ed.UNESP, 2004.

MATTOS, C. de M. 1966. O Pensamento Revolucionário Brasileiro. In: CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar et al. *A Revolução de 31 de março – 2.º aniversário: colaboração do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

MATTOS, M. B. 2008. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 245-263.

MELO, D. 2012. Ditadura “civil-militar”? Controvérsias historiográficas



cas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, M. Cândido Rondon (PR), v.27, p.39-53.

MENDONÇA, S. R.; FONTES, V. M. 1988. *História do Brasil Recente: 1964-1980*. São Paulo: Ática.

MINTO, L. W. 2005. *O público e o privado nas reformas do ensino público brasileiro: do golpe de 1964 aos anos 90*. 313 f. Dissertação – Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP.

_____. 2006. *As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão*. Campinas, SP: Autores Associados. (Educação Contemporânea).

386

MORAES, R. 1999. Análise de conteúdo. *Educação*, Porto Alegre: Faculdade de Educação/PUCRS – Curso de Pós-Graduação, Ano XXII, n. 37, p. 5-31.

MORIN, V. 1970. *Aplicação de um método de análise da imprensa*. São Paulo: ECA, 1970.

OLIVEIRA, E. R. 1994. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia*. Campinas/SP: Papirus.

PECEQUILO, C. S. 2005. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* 2. ed. ampl. atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

RÊGO, D. D. L. 2007. *Imagem e Política: estudo sobre o Cine Jornal Brasileiro (1940-1942)*. 118 f. Dissertação - Mestre em Multimeios, Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

ROSAS, F. *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-china, 2013.



- SILVA, G. do C. e. 1967. *Geopolítica do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio. (Documentos Brasileiros).
- SILVEIRA, H. G. 2003. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma ideológico da americanização nas relações internacionais do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS. (Nova et Vetera; 5).
- SIMIS, A. 2008. *Estado e Cinema no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Annablume.
- STEPAN, A. 1986. *Os militares: da abertura à “Nova República”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TAYLOR, P. M. 2003. *Munitions of the mind: a history of propaganda from the ancient world to the present era*. 3. ed. Manchester; New York: Manchester University Press.
- THOMPSON, J. B. 1995. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- TOLEDO, C. N. (org.). 1997. *1964: visões críticas do golpe*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP.
- TOMAIM, C. S. 2006. *“Janela da Alma”*: Cinejornal e Estado Novo – Fragmentos de um Discurso Totalitário. São Paulo: Annablume.

387

Recebido em: 18/03/2023 • Aprovado em 04/08/2024